

## Vicente Gomes Jardim: um “artista” e autor “de cor” entre o final do século XIX e início do século XX

Surya Aaronovich Pombo de Barros<sup>1</sup>

*Vicente Gomes Jardim: an “artista”, author and “man of color” at the end of the nineteenth and early twentieth centuries*

*Vicente Gomes Jardim: un “artista”, autor y “hombre de color” (Brasil, Siglo XIX/XX)*

### Resumo

Este artigo busca investigar a vida de Vicente Gomes Jardim, um “artista” e “homem de cor” na Parahyba do Norte (1841-1905). Por meio de documentos oficiais, da imprensa, da literatura memorialística e da história social da escravidão e pós-abolição, reflete-se sobre esse membro de irmandade de *pardos*, fundador da Sociedade de Artistas Mechanicos e Liberaes da Parahyba e autor de textos técnicos. O objetivo é discutir a trajetória de um homem negro livre na transição entre o Império e a República, contribuindo para o debate sobre as experiências de “homens de cor” que se destacaram no período, privilegiando sua trajetória e feitos.

**Palavras-chave:** *Vicente Gomes Jardim; Parahyba do Norte; Intelectuais Negros.*

---

<sup>1</sup> Professora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, professora do Programa de Pós-graduação em História/UFPB e do Programa de Pós-graduação em Educação/UFPB. Doutora em História da Educação/USP. E-mail: surya.pombo@gmail.com

## Abstract

The article investigates Vicente Gomes Jardim, “artist” and “man of color” from Parahyba do Norte. Based on official documents, press, and memorial literature and the social history of slavery and post-abolition, the article points out the member of a maroon brotherhood, founder of a worker’s organization, and author of technical texts. In conclusion, his life demonstrates the various possibilities of being black in Brazil between the nineteenth and twentieth centuries.

**Key words:** *Vicente Gomes Jardim, Parahyba do Norte, Black Intellectuals.*

## Resumen

El artículo refleja sobre Vicente Gomes Jardim, “artista” y “hombre de color” en Parahyba del Norte. A partir de documentos oficiales, prensa y literatura memorialista y de la historia social de la esclavitud y post abolición, se refleja sobre el miembro de hermandad de pardos, fundador de la Sociedad de Artistas y autor de textos técnicos. Se concluye que la trayectoria de Jardim demuestra las diversas posibilidades de ser negro entre siglo XIX y XX.

**Palabras clave:** *Vicente Gomes Jardim, Parahyba do Norte, Intelectuales Negros.*

## Introdução

**E**m 1905, um jornal pernambucano anunciava que “faleceu no visinho Estado da Parahyba, o sr. capitão Vicente Gomes Jardim. O saudoso extinto era casado e contava 62 anos de idade. Deixa 14 filhos, entre elles o alferes Vicente Gomes Jardim Filho” (NECROLOGIA,... 1905, p. 7). O texto exíguo não faz jus à importância do falecido para a compreensão da sociedade brasileira entre o final do século XIX e início do XX. Além de capitão e pai, ele foi um homem “de cor”, que atuou como pedreiro, artista, *architecto*, construtor, membro de irmandade religiosa de homens pardos, fundador da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais da Parahyba e agrimensor da Marinha. Além de todos esses atributos, publicou duas obras de cunho técnico – *Manual do Architecto Brasileiro (1888)* e *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte (1889)* -, que circularam por outras províncias e ainda hoje são utilizadas como fontes por pesquisadores(as) interessados(as) na história da capital paraibana.

Vicente Gomes Jardim representa um tipo de sujeito ainda pouco estudado pela historiografia: um homem negro, livre, trabalhador reconhecido por seu ofício, autor de textos técnicos, que compunha os estratos médios da população. A ausência da cor dos(as) trabalhadores(as) do século XIX e XX é uma questão que vem sendo denunciada e enfrentada pela tradição historiográfica mais recente no Brasil (NASCIMENTO, 2016). No entanto, é bastante perceptível na bibliografia disponível a falta de reflexão articulando cor, ofício, trabalho intelectual e a existência de pessoas negras entre as camadas médias urbanas do período aqui considerado.

Desde os anos de 1980 as pesquisas avançaram na compreensão sobre as experiências negras no Brasil e a historiografia vem se debruçando sobre o Império, mostrando que esses sujeitos – nas mais diversas condições e qualidades: livres, escravizados(as), libertos(as), pretos(as), pardos(as), africa-

nos(as) – se organizaram, de diferentes maneiras, resistiram e não ficaram impassíveis aos acontecimentos, lutando contra as barreiras impostas para sua ascensão social, econômica e intelectual.

Porém, grande parte das pesquisas até agora realizadas privilegiam experiências de ex-escravizados(as) e libertos(as) (FRAGA FILHO, 2006; GRINBERG, 2016) ou se debruçam sobre personagens que alcançaram enorme prestígio intelectual, como Antônio Pereira Rebouças (GRINBERG, 1998) ou Teodoro Sampaio (ALBUQUERQUE, 2015), por exemplo. Associados ao universo letrado, ao mundo da imprensa e dos livros, ao Direito, Medicina e Artes, esses sujeitos foram reconhecidos em vida e alçaram *a posteriori* o estatuto de intelectuais, letrados ou literatos negros.

Essas pessoas, a maioria do sexo masculino, atuaram como alunos de primeiras letras, de cursos secundários e de instituições superiores, foram professores, bacharéis, tipógrafos, profissionais liberais ou funcionários públicos desde o século XIX e se destacaram por sua produção intelectual. Figuram em pesquisas que se avolumaram nos últimos anos, estudados em grupo – caso de Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro (PINTO, 2012) – ou como protagonistas das pesquisas, a exemplo de Maria Firmina dos Reis (MACHADO, 2019), Luiz Gama (AZEVEDO, 1999), Philippe José Alberto Júnior (VILLELA, 2012), De Chocolat (PINTO, 2014), André Rebouças (PINTO; SCHUELER, 2013), Manuel Querino e José do Patrocínio (SCHUELER, 2016), Nascimento Moraes (CRUZ, 2016), Israel Soares (SILVA, 2017) e Graciliano Lordão (BARROS, 2018), entre tantos outros.

Esses sujeitos circularam em espaços ilustrados do Império e primeiros anos de República. Diferente deles, Vicente Gomes Jardim pertencia a outro estrato da população. Ele não era escravo, liberto ou muito pobre, ou seja, não era parte da classe despossuída, composta em grande parte por pessoas negras. Mas, também, não era filho da elite econômica e intelectual como os

brasileiros já mencionados ou paraibanos negros de destaque. Entre eles, destacamos Cardoso Vieira, por exemplo, filho de um senhor de engenho, bacharel em Direito, dono de jornal e deputado geral (ROCHA, 2012); Eliseu Elias César, também bacharel em Direito, poeta com obra publicada, filho de senhor de engenho, que frequentava o circuito intelectual dos paraibanos abastados (ROCHA; FLORES, 2015) e Graciliano Fontino Lordão, filho de um frei da Igreja católica, professor por mais de duas décadas, deputado estadual e coronel (BARROS, 2017). Nem em um polo nem em outro, Vicente Gomes Jardim foi um trabalhador especializado, mestre em um ofício, que circulava por “lugares de sociabilidade” (GOMES, 1999) possíveis para um homem “de cor”. Reconhecido pelos contemporâneos por seu trabalho, prestou serviços ao governo paraibano, publicou textos, contribuiu para o desenvolvimento regional, mas caiu no esquecimento após a morte.

O objetivo deste texto é tirar Vicente Gomes Jardim do anonimato, inserindo-o nas investigações sobre sujeitos negros no final do século XIX e início do XX. Mais especificamente, pretendemos contribuir para o debate sobre as experiências de “homens de cor” que se destacaram no período, privilegiando sua trajetória e feitos. Desejamos chamar atenção para esse lugar intermediário que Jardim ocupou. Nem desvalido, nem integrante da elite econômica ou ilustrada, ele ocupou posições importantes no mundo do trabalho, contribuindo, ainda, com produções escritas de caráter técnico. A Paraíba<sup>2</sup> era uma província com grande contingente de população negra e fortes marcas de preconceito racial, portanto as experiências desse paraibano podem ajudar a compreender as possibilidades de ser um homem negro na região e na sociedade brasileira.

As principais fontes consultadas foram os registros na imprensa, a produção escrita de Vicente Gomes Jardim e a literatura vinculada ao Instituto Histórico

---

2 A província chamava-se desde o período colonial de Parahyba do Norte, passando a Paraíba após a República. A Capital foi nomeada de Parahyba até 1930, quando recebeu a denominação de João Pessoa. Nos documentos, a capital foi denominada de Cidade da Parahyba, Parahyba, Parahiba. Optamos por respeitar ao modo como aparece nas fontes e, ao tratar da província/estado, atualizar a grafia atual Paraíba.

e Geográfico Paraibano (IHGPB), além de documentos produzidos pela administração provincial/estadual – relatórios de presidentes de província/estado e documentos diversos. A noção de experiência, sugerida por E. P. Thompson (1981), foi acessada no sentido de pensar a trajetória de Jardim como parte de experiências negras e da classe trabalhadora. As formulações das categorias “redes de sociabilidade”, “itinerários” e “gerações”, de Sirinelli (2003), também fazem parte do referencial com o qual operamos, assim como as noções propostas por Angela de Castro Gomes (1993) para pensar intelectuais. Além dessas obras e das pesquisas sobre intelectuais negros no período, já citadas, dialogaremos com as contribuições consagradas sobre o lugar do negro na sociedade imperial e no alvorecer do período republicano, como os autores já mencionados e outros, a exemplo de Solange Pereira da Rocha (2009), Marcelo Mac Cord (2012) e Petrônio Domingues (2014).

Inicialmente, discutiremos a atuação de Vicente Gomes Jardim no mundo do trabalho, sua presença em obras públicas e privadas, especialmente nos anos finais do regime imperial. Em seguida, abordaremos sua participação em ambientes para além do profissional e suas redes de sociabilidade nos primeiros anos do regime republicano. Finalmente, trataremos de suas publicações, versando sobre a circulação e a visibilidade obtida por elas e o posterior apagamento da origem do autor.

### *Um trabalhador “habilíssimo” e “de cor”*

Um conjunto de homens negros nascidos no período imperial, atuando na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do XX, vem sendo alvo de investigações por parte de historiadoras e historiadores interessados na província (e estado) da Paraíba, onde é possível acompanhar as experiências da população negra, desde a “gente de cor” (ROCHA, 2009) até personagens de destaque por sua trajetória intelectual (BARROS, 2017). Essas pesquisas enfrentam a exiguidade de registros e um aparente silêncio sobre a “cor” dos

sujeitos que se moviam por aquela sociedade (MATTOS, 1998), especialmente quando envolvidos com o universo letrado. Uma fonte que rompe com o silêncio e permite acessar homens negros “ilustres” é o livro *Homens do Brasil em todos os ramos da atividade e do saber - Paraíba*, de Liberato Bittencourt, publicado em 1914. O compêndio contém centenas de biografias de homens e mulheres (em número significativamente menor) que se destacaram na história paraibana, do período colonial ao período de produção da obra, início do século XX. Ao lado de nomes, natalícios e óbitos, formação e feitos importantes, sobressaem as marcas do pertencimento racial de alguns personagens. Em relação à maioria dos retratados, não há indicativo sobre a “cor” ou características associadas a uma origem racial específica, o que sinaliza que eles eram considerados brancos.

A obra, provavelmente encomendada pelo IHGPB, oferece brechas para o contato com personagens que tinham “cor”, de acordo com a compreensão do período, isto é, não eram compreendidos como pessoas brancas. Foi assim que tomamos contato com Vicente Gomes Jardim:

Pedreiro habilíssimo. Nasceu na Parahyba a 16 de Setembro de 1841. Com um geito especial para a arte da pedra, considerado mesmo habil e distinto artista, publicou em 1891, no Recife, o “Manual do architecto brasileiro”, considerado pelo Diarío do Recife “trabalho de grande utilidade aos que se dedicam á arte de pedreiro e construcções”. Na Revista do Instituto foi publicado um seu trabalho - Monographia da cidade da Parahyba - (vol. 2, pag. 85 e vol. 3, pag. 83). Foi agrimensor das terras da marinha e também se dedicou á literatura. Era homem de cor, mas muito asseiado, polido e robusto. Falleceu em idade avançada, a 16 de Setembro de 1905. (BITTENCOURT, 1914, p. 307)

Outros personagens também tiveram sua origem anunciada na obra, como por exemplo, Graciliano Lordão, definido como “homem de boa estatura, mas

de côr”; Cícero Brasiliense de Moura, professor, advogado e jornalista, seria “mestiço no sangue [...] superior na inteligência” e Cardoso Vieira, que, segundo o autor, apesar da “ingratidão da cor [...] tinha talento de sobra e erudição vastíssima” (BITTENCOURT, 1914). As marcas da racialização estão presentes nos verbetes referentes a esses sujeitos e, reiteramos, não aparecem na maioria dos demais homens e mulheres registrados na obra.

Como em relação a esses homens, Liberato Bittencourt classificou Vicente Gomes Jardim como um “homem de cor”. Apesar disso – como denuncia a conjugação “mas” – Bittencourt afirma que Jardim era “muito asseiado, polido e robusto”. Como defende Wlamyra Albuquerque, sobre o século XIX, “a noção de raça, em tal contexto era maleável, dissimulada, flexível, adaptável aos já vigentes critérios de exclusão e acomodação social” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 20). O autor do verbete, na obra publicada no início do século XX, reforça esse jogo entre aprovação das qualidades do personagem e o “defeito” de ser “de cor”. Identificado pelas habilidades profissionais, Jardim também é consagrado pela obra deixada, por ser agrimensor da Marinha e haver se dedicado à literatura. Vale ressaltar que ele é caracterizado como “pedreiro habilíssimo”, a despeito do trabalho na Marinha, do destaque na literatura e de ter obtido notoriedade na sociedade local como arquiteto, como discutiremos nos próximos tópicos.

Não encontramos referências às primeiras décadas de vida de Vicente Gomes Jardim, contudo, sabe-se que ele nasceu em 1841 (BITTENCOURT, 1914). Além disso, não há informações, nas fontes, referentes a seus pais, seu contato com as letras e como foi escolarizado. Teria sido protegido por um parente ou talvez apadrinhado por alguém de destaque na sociedade paraibana? Ademais, onde teria aprendido o ofício que o caracterizaria? Lidar “com pedra”, ser “architecto” eram trabalhos que exigiam formação específica. Tratando da transmissão de ofícios na província vizinha, Pernambuco, Marcelo Mac Cord mostra como um grupo de mestres carpinas e pedreiros, composto de pretos e pardos livres, se organizou em torno da Irmandade de São José do Ribamar e



depois numa associação laica, a Sociedade das Artes Mecânicas, onde se aperfeiçoavam, transmitiam conhecimentos, educavam os filhos, além de garantir auxílio mútuo aos membros. Gomes Jardim teria realizado seu aprendizado ali, a exemplo de uma série de paraibanos que participaram dessa sociedade em Recife (MAC CORD, 2012)?

Ainda não encontramos registros que ajudem a responder essas questões, as quais poderiam contribuir para o entendimento de seu itinerário de formação (SIRINELLI, 2003). A busca pelo nome de Vicente Gomes Jardim, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, traz a primeira referência ao artista na década de 1860, no obituário de sua filha legítima Adelina, morta aos 7 meses (OBITUÁRIO..., 1864, p. 2). Referências ao batizado de outras filhas aparecem posteriormente, porém não há registros de seu casamento. Apesar da recorrência das menções sobre ele na imprensa, as esposas não foram nomeadas, sendo referidas apenas como “sua senhora”, sem nome próprio, como abordaremos em seguida. Sabe-se que ele foi casado com Justina Ferreira Pires, por vezes tratada como Justina Ferreira Pires Jardim, e com Alexandrina Maria do Amor Divino, por vezes Alexandrina Maria Jardim, pois essas aparecem como mães de seus filhos, em registros de nascimentos no *site Family Search*. O registro de óbito de uma Dona Felisbella Gomes Jardim, em 1900, menciona que ela tinha 31 anos de idade, e era “filha legítima do cidadão Vicente Gomes Jardim, artista, natural da Parochia de Santa Rita desta comarca e residente nesta capital e de sua mulher Donna Justina Pinto Ferreira Jardim, falecida nesta Capital donde éra natural, a qual era de seu primeiro casorio” (REGISTROS DE ÓBITOS, 1979-2007). Além dos nomes, não encontramos referências a cor, condição jurídica ou profissão dessas mulheres, o que dificulta analisar a constituição de sua família. Sobre os filhos e as filhas, também há poucas referências, exceto a Vicente Gomes Jardim Filho, que herdou o nome do pai e atuou no exército<sup>3</sup>, sendo lotado em Recife, onde figurou em diferentes notícias na imprensa.

3 Diversas referências a ele aparecem na imprensa, em função de sua posição no Exército. Em 1906, seu necrológio foi publicado sem menção ao pai, cor ou origem: “Morre aos 33 anos o 2 tenente do 27 batalhão da infantaria o 2 tenente Vicente Gomes Jardim Filho, de impaludismo. Deixa viúva e filho de 4 anos. O pranteado extinto era parahybano e casado em segundas nupcias com a exma sra. d. Adelaide Augusta Lima Jardim, de cujo enlace deixa uma interessante filhinha de 4 anos de idade” (NECROLOGIA... 1906, p. 2).

Apesar das poucas informações sobre a vida privada de Vicente Gomes Jardim, a documentação é rica no que se refere à participação no mundo do trabalho e a suas relações com os poderes públicos provinciais/estaduais. Em 1869, portanto já casado e pai, Jardim publicou, “a pedido”, a notícia de que era “encarregado pela mesa da irmandade do patriarca S. José” de construir 30 catacumbas e “fez sciente a todos os irmãos que assignaram suas joias, e mesmo os que não assignarão, que do dia 20 do corrente em diante, dará principio a arrecadar ditas joias” (CATACUMBAS..., 1869, p. 4). Não encontramos alusão à Irmandade de São José nas fontes ou na bibliografia sobre irmandades paraibanas (ALVES, 2006; SOUSA JR., 2009). Curiosamente, os mestres carpintas que criaram a Sociedade das Artes Mecânicas de Recife eram vinculados à Irmandade de São José do Ribamar (MAC CORD, 2012). As catacumbas seriam da capital pernambucana? Nesse caso, por que um fato ocorrido em Recife apareceria no jornal paraibano? Jardim teria interesse em divulgar em sua cidade natal o feito profissional realizado em outra província? Não temos respostas, mas o fato é que, depois disso, por uma década, seu nome não aparece nas fontes disponíveis. Estaria ele se especializando na província vizinha, junto à Sociedade das Artes Mecânicas?

De qualquer sorte, a partir de 1879, ele reaparece na documentação, em uma portaria do governo paraibano, celebrando o contrato com o “Sr. Vicente Gomes Jardim” para a construção da enfermaria do Hospital dos Variolosos na capital paraibana (PARTE OFICIAL..., 1879, p. 2) e, alguns anos depois, apresentado como mestre de pedreiros: “Acha-se em adiantado estado a do quartel de linha, que está á cargo do Dr. Tito Amaral inteligente capitão de engenheiros, e sob a administração do nosso conhecido mestre de pedreiros o Sr. Vicente Gomes Jardim” (NOTICIARIO..., 1884, p. 1). No mesmo período, ele mandava publicar um anúncio, no qual se declarava “Artista Constructor” e avisava ter concluído “os trabalhos do Engenho Central”. Prosseguia afirmando que “acha-se nesta Capital e offerece-se a quem precisar dos trabalhos de sua profissão; outro sim acha se habilitado para levantamento de plantas e confecção dos respectivos orçamentos” (ARTISTA CONSTRUCTOR..., 1888, p. 4).

Não há registros de como ele teria se habilitado para tais funções, mas foi um tempo de muito trabalho para o artista constructor. No ano seguinte, ele figurava na lista de pagamento da Tesouraria da Fazenda, sendo nomeado para dirigir as obras do novo quartel de linha da província. Entre suas obrigações, estava a de “apresentar semanalmente as folhas dos operarios, pedreiros, carpintas e serventes” (PRESIDENCIA DA PROVINCIA..., 1889, p. 3). O jornal, porta voz da administração, louvava a indicação, mencionando-o entre os “administradores habéis profissionais” e vaticinava: “Não podia ser mais acertada a escolha, pela qual applaudimos o honrado Vice-presidente e nos congratulamos com aquelles” (PRESIDENCIA DA PROVINCIA..., 1889, p. 3).

Alguns meses depois, porém, ele aparecia na lista de demissões efetuadas pelo presidente da província publicada num jornal fluminense, a título de denúncia da atuação de Manoel Dantas Correa de Góes, recém nomeado presidente do Estado, sendo designado como: “Architecto Vicente Gomes Jardim” (DEMISSÕES..., 1889, p. 2). Qual teria sido a motivação para a demissão? Desavenças políticas? As fontes disponíveis não respondem a essa questão, mas permitem questionar: como a designação de arquiteto teria sido adquirida? Ele começara a se apresentar assim? O destaque obtido pelo trabalho teria permitido a ascensão de “artista constructor” para “architecto”?

Provavelmente, a demissão justificou o anúncio, alguns meses depois, em que divulgava seus serviços, já sob a égide da República:

O bem conhecido artista Vicente Gomes Jardim, competentemente habilitado, encarrega-se de qualquer construção; confecciona orçamentos; levanta plantas, tanto de edificios como topographicas; dá consultas architectonicas; assim como tambem encarrega-se de trabalhos de esculptura em pedra.

Acha-se presentemente em disponibilidade. Quem de seus prestimos se quizer utilizar o pode procurar na rua Visconde de Pelotas (outr’ora das Mercêz) n. 93, ou no seu escriptorio, Travessa da mesma n. 1. (APEDIDOS..., 1889, p. 3)

No texto, suas habilidades eram sublinhadas: construção, orçamentos, plantas de edifícios e topográficas, consultas arquitetônicas e escultura em pedra, destacando que era “competentemente habilitado” para realizar tais feitos. O fato de ter um escritório em local diferente da residência, na região central da cidade, sugere que era bem estabelecido. O anúncio era encerrado com uma saudação ao novo regime:

O Governo da Republica,  
Que se acaba de erguer,  
É do povo pelo povo;  
Deve o merito reconhecer. (APEDIDOS..., 1889, p. 3)

A menção à mudança do regime político provavelmente advinha de sua necessidade de aprovação pelos dirigentes paraibanos, já que prestava serviços ao governo desde o início de sua trajetória profissional, prosseguindo com a mudança política. A exemplo de personagens negros de outras regiões do país, Jardim não ficou marcado pela defesa da Monarquia, como muitas vezes a historiografia brasileira vinculou os homens “de cor”, no processo de transição política. Pelo contrário, no texto publicado, ele manifestava apreço pelo novo sistema, provavelmente aderindo ao “projeto republicano, com a retórica da liberdade, igualdade e fraternidade” (DOMINGUES, 2014, p. 122).

A Paraíba, assim como o Brasil de maneira geral, vivia, entre o final do século XIX e o início do XX, um período de modernização, urbanização, modificações nos espaços públicos e nos modos de vida da população. Esse processo pode ser visto na construção de ferrovias, açudes contra a seca, modificações nas principais cidades (SILVA, 2004), assim como nas mudanças culturais percebidas nos hábitos urbanos. A projeção desse sujeito como trabalhador especializado se insere nessa dinâmica. Ele foi, por exemplo, responsável pelas obras do Teatro Santa Rosa (EXTRACTO DO EXPEDIENTE..., 1890, p. 1), primeiro teatro da Paraíba, construído no alvorecer do período republicano; pelos consertos em pontes e pela construção ou reforma de diferentes instituições relacionadas ao ensino, como o Liceu Paraibano (ACTOS DO GOVERNO...,

1890a, p. 1), mais importante instituição de ensino secundário da região, e a Escola de Aprendizes Marinheiros (ACTOS DO GOVERNO..., 1890b, p. 1). Vale dizer, alcançou reconhecimento como trabalhador especializado na região.

Conforme vimos, Liberato Bittencourt apresentou o artista como “agrime-sor das terras da Marinha” (1914, p.307). Não encontramos, porém, registro ou contrato com a Marinha, mas apenas indícios de sua relação com a corporação, os quais podem ser vistos na participação em obras na Escola de Aprendizes Marinheiros, criada em 1871 para atender meninos desvalidos da Província (LIMA, 2008), ou na petição à Marinha “propondo a construir a casa do vigia e a do Escaler, na Povoação de Cabedello, pela quantia de 2:400\$000” (THESOURARIA DE FAZENDA..., 1890, p. 1).

Entre 1869, primeira aparição na imprensa com a construção de catacumbas, e 1890, na relação de trabalho com a Marinha, Vicente Gomes Jardim foi designado ou se apresentou com diferentes atribuições: artista, pedreiro, arquiteto, encarregado de obras, construtor. As menções foram recorrentes nas décadas de 1880 e 1890. Ou seja, ele era um profissional consagrado, ligado a eventos significativos para a sociedade paraibana.

As fontes disponíveis silenciam sobre como o fato de ser identificado como um homem “de cor” impactou sua trajetória. Desconhecemos constrangimentos, censuras, dissabores que podem ter ocorrido em sua circulação por ambientes em que ele era chefe, com os trabalhadores que gerenciava, ou quando lidava com superiores, membros da administração, que o contratavam. Pesquisas e debates teóricos recentes sobre raça e racialização no período descortinam as estratégias de homens negros para se destacar socialmente (ALBUQUERQUE, 2015; PINTO, 2019). Como Teodoro Sampaio, Vicente de Souza e tantos homens e mulheres, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, as disputas e acomodações para se consolidarem no mundo do trabalho foram das mais diversas ordens. As pesquisas sobre paraibanos contemporâneos de Vicente Gomes Jardim, a exemplo de Graciliano Lordão

(BARROS, 2018) ou Elyseu César (ROCHA; FLORES, 2015), também evidenciam como o racismo definiu suas trajetórias. A dedicação ao trabalho, a presença na imprensa, a ode ao regime republicano foram algumas das estratégias utilizadas pelo artista, assegurando que ele alcançasse mais do que a notoriedade na profissão desempenhada, circulando por outros ambientes da sociedade local, como discutiremos a seguir.

*No mundo do trabalho e além: espaços de sociabilidade de um artista “de cor”*

As experiências de Vicente Gomes Jardim foram mais diversas que o cotidiano no ofício que o notabilizou. Imbricada com o mundo do trabalho, sua circulação em outros ambientes e suas redes de sociabilidade ajudam a compreender a trajetória de um homem negro, na virada do século XIX para o XX. Sociabilidade no duplo sentido defendido por Angela de Castro Gomes (1993, p. 65): “locais de aprendizagem e troca intelectual” e de “redes que estruturam as relações entre os intelectuais”. O contato com indivíduos miscigenados como ele, as relações estabelecidas com outros artistas, a presença em espaços importantes da província/estado são pontos fundamentais para o entendimento do sujeito aqui destacado. Membro de irmandade religiosa, colaborador em festas públicas, envolvido em uma organização de trabalhadores, atuando como jurado, convocado a ser eleitor, era extraordinariamente ativo na vida social da região.

Em 1884, na “Distribuição das noites de novenas da festa de nossa Inclyta Padroeira a Senhora das Neves no corrente anno”, Jardim figurava na seção dos “Artistas” (APEDIDO..., 1884, p. 2). Na parte “Justiça”, “Dr. Cicero Braziliense de Moura” era outro membro da novena. Vale lembrar que Moura era “mestiço”, ou seja, pelo menos dois homens negros participaram intensamente da mais importante festa pública na província aquele ano. Tal fato se repete em outros momentos, quando ambos podem ser encontrados ombreando o corpo de jurados da província.

No mesmo ano, Gomes Jardim foi “protector” na “Eleição dos juizes, escrivães, thesoureiro, procuradores e proctetores que tem de festejar a gloriosa St’Anna na povoação do Gramame desta freguezia de N. S. das Neves, em 1885”, povoação vizinha à Cidade da Parahyba (COLUMNA LIVRE..., 1884, p. 4). Sua esposa, cujo nome não é explicitado, também se destaca como partícipe da cena religiosa local. Na “eleição para senhoras para festejar Nossa Senhora do Bom Parto na Igreja Nossa Senhora das Mercez” uma das “protectoras” era “a esposa do Cidadão Vicente Gomes Jardim” (SECÇÃO LIVRE..., 1896, p. 2).

O envolvimento do artista com a Igreja Católica também pode ser visto em sua participação na Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, uma entidade composta por homens pardos (ALVES, 2006), na qual figurava como *thesoureiro* (IRMANDADE..., 1899, p. 166). A participação em uma associação desse gênero era parte da vida social no período. Como ele, outros homens negros de destaque se associaram à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, como Graciliano Lordão, que foi escrivão aos 20 anos de idade.

Não é possível saber o período total em que Jardim foi membro da irmandade, se teve outros cargos ou por quanto tempo foi tesoureiro. O *Almanak* de 1899, além do registro desse cargo, mencionou-o em outra posição: ao tratar de “Industria e Profissão”, figurava como “contractante de obra”, e apresentava seu endereço, “rua V. de Pelotas, n. 95” (CONTRACTANTES DE OBRA, 1899, p. 192). Seu prestígio profissional e social pode ser percebido em presença no *Almanak*, assim como pela participação em diversas festas cívicas e novenas religiosas.

Em 1896, ele foi convocado para ser eleitor pelo Edital de Alistamento Eleitoral (EDITAES..., 1896, p. 3). Para efeito de comparação, no ano de 1899, de uma população aproximada de 500.000 habitantes, o estado da Parahyba tinha um quadro eleitoral bastante restrito, apresentando um número de 29.089 eleitores (PARAHYBA..., 1899, p. 91). Não encontramos menções de sua atividade eleitoral antes disso, vale dizer, no regime político anterior. Mas durante a

República, o número de homens paraibanos eleitores continuava sendo uma minoria e, nesse período, Jardim estava entre eles.

Seu prestígio pode ser visto também nas convocações para compor o “jury”. A primeira menção foi em 1888, quando o “cidadão Vicente Gomes Jardim” foi convocado pelo Juiz Municipal (JUIZO MUNICIPAL..., 1888, p. 4). Na mesma lista, estava “Dr. Cicero Brasiliense de Moura”, o “Professor, advogado e jornalista [...] Mestiço no sangue” (BITTENCOURT, 1914, p. 37). Ou seja, mais uma vez os “mestiços” ou “de cor” exerciam seus papéis de “cidadãos” conjuntamente. Ademais, esse não era um ano qualquer: um semestre antes, a escravidão havia sido oficialmente abolida no Brasil. Ainda que fossem livres, esses dois sujeitos tinham entre suas características as referências à mestiçagem<sup>4</sup>. A presença de sujeitos negros entre os jurados não foi incomum na região. Jardim aparece em listas de convocação para tal empreitada até pelo menos 1897 quando, mais uma vez, outro homem negro estava entre os convocados: Eliseu Elias Cezar (JUIZO MUNICIPAL..., 1889, p. 3). É importante destacar o contato desses eminentes homens negros entre si e sua participação na vida pública na região.

Um importante espaço de circulação de trabalhadores paraibanos foi a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais da Parahyba do Norte, da qual Vicente Gomes Jardim foi membro e compôs a diretoria. Parte de um conjunto de associações de natureza semelhante que floresceram no Brasil no século XIX e início do XX (MAC CORD; BATALHA, 2014), a sociedade foi fundada em 1881, a fim de garantir benefícios diversos e apoio mútuo aos sócios, trabalhadores de diferentes áreas – artistas mecânicos ou liberais e, posteriormente, operários (FIGUEIRÊDO, 2016). Entre as áreas de atuação da entidade, estava a escolarização dos filhos dos associados. Pioneira, a sociedade “configura-se como uma das primeiras formas de movimento coletivo da classe trabalhadora do

---

4 É sintomático que fizessem parte do corpo de jurados, diferente de outras regiões como os Estados Unidos, onde a configuração social e jurídica da escravidão e do pós-abolição foi radicalmente diferente. Naquele país, negros não tomaram parte de julgamentos como jurados desde o século XIX (ALEXANDER, 2018).



estado, formada no período oitocentista” (FIGUEIRÊDO, 2016, p. 30). Jardim compôs, como *thezoureiro*, a primeira diretoria da sociedade, eleita em 1881 e empossada no ano seguinte. As desavenças e disputas entre os associados no processo de organização e nos primeiros anos da instituição eram comuns (FIGUEIRÊDO, 2016, p. 149). Isso provavelmente explique a situação ocorrida na ocasião do “comício eleitoral”, que discutiria a Constituição Estadual da Parahyba do Norte. Em longo texto publicado na imprensa, era narrada a escolha dos representantes para a comissão, que deveria ser composta por todas as “classes activas parahybanas”. Louvando a participação de representantes do comércio, agricultura, indústria, magistratura e exército, o autor lamentava a ausência da classe artística, em função de uma desavença interna:

Indicado por alguns artistas o nome do sr. Vicente Gomes Jardim para representar no congresso os interesses de tão sympathica quão respeitavel classe, estaria elle contemplado na chapa se posteriormente a sociedade de Artistas Mechanicos Liberaes, em reunião solemne, não tomasse a deliberação de protestar perante a comissão contra a semelhante candidatura, apresentando por sua vez, o nome do distincto sr. dr. Manoel Florentino Carneiro da Cunha. (O FUTURO CONGRESSO..., 1892, p. 2)

Apesar do desentendimento, Vicente Gomes Jardim continuou associado à entidade, como membro da comissão de redação do estatuto da sociedade em 1897 (*A UNIÃO*, 15/06/1898). No entanto, não compôs a diretoria nos anos seguintes à primeira gestão (FIGUEIREDO, 2016, p. 150). A despeito das disputas com outros artistas, ele continuava proeminente na sociedade local, sendo, por exemplo, um dos suplentes entre os diretores eleitos da Companhia Ferrocarril da Parahyba (COMPANHIA FERRO..., 1898, p. 3). Além disso, pagava 53\$625 de impostos ao fisco e era contribuinte da “Decima Urbana” (EXERCÍCIO DE 1899..., 1899, p. 3), pagando 26\$400 pela residência na mesma Rua Visconde de Pelotas, onde começara a bem-sucedida carreira anos antes. Na seção “Commercio, Industria e Profissões” do *Almanak Laemmert* (RJ), Jardim consta como um dos “Constructores”, em edições de 1901 a 1907.

Entre reuniões da sociedade, colaboração com a justiça e com o sistema eleitoral, participação na Irmandade e eventos religiosos, além do mundo do trabalho, no qual se destacava, Jardim ainda produziu obras técnicas de referência, fazendo jus à afirmação de Bittencourt (1914, p. 307) de que ele “também se dedicou á literatura”, como trataremos em seguida.

### *Produção escrita: Manual, Monographia e outros textos*

Um ano após a mudança do regime político, continuavam fervilhando aclamações sobre a República na imprensa. Neste espírito de congratulações, Jardim publicou no *Estado da Parahyba*, órgão ligado ao Partido Republicano, o poema:

Ao 15 de Novembro

Salve 15 de Novembro, dia venturoso!  
Figurará, na historia eternamente,  
Com as mais do Brazilico continente,  
Tua dacta, como dia mais glorioso!

A 7 de Setembro levas a dianteira,  
D’uma fallada liberdade que nos dava,  
Quando à margem do Ypiranga se gritava:  
Liberdade ou morte! Emblema da bandeira.

Mas justiça era que o povo suspirava,  
Como uma grande alavanca do progresso;  
Quando em 28 de Setembro se votou  
Lei que libertou o ventre da mulher escrava  
O 13 de Maio confirmou um tal sucesso,  
Mas só contigo a republica se fundou.

Vicente Gomes Jardim. (JARDIM, 1890, p. 3)

A essa altura, ele era um profissional consagrado, além de cidadão respeitado e atuante. A ode ao novo regime, na qual vinculava a liberdade política com a

liberdade da população negra é um dos poucos escritos em que encontramos seu posicionamento sobre liberdade e escravidão. A menção à Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, e à Abolição, relacionando-as à mudança do regime político, é peculiar. Homem de perfil técnico, os outros registros publicados na imprensa a seu pedido versavam sobre serviços oferecidos ou cobrança de pagamento pelos realizados, como apresentamos.

Porém, Jardim deixou duas obras de peso para as áreas às quais se dedicou. Escritos em 1888 e 1889, os textos provavelmente concorreram para aumentar seu prestígio entre os contemporâneos e podem ser vistos como contribuição do autor para as gerações seguintes. Neste tópico, além de apresentá-los, discutiremos sua circulação na época e relevância até os dias atuais.

No início de 1889, o *Jornal da Parahyba* destacava:

Recebemos um exemplar do Manual do Architecto Brasileiro, compilado e coordenado pelo Sr. Vicente Gomes Jardim.

O livro muito abona o seu auctor, cuja applicação ao estudo e gosto pela arte de construcção, da qual é digno profissional, estão vantajosamente provados em seu modesto trabalho.

Penhorados pela fineza da offerta, nós só temos applausos para aquelle amigo e comprovinciano, á quem abraçamos, concitando-os a proseguir em seus estudos com a mesma perseverança e força de vontade, até hoje demonstradas. (NOTÍCIAS DIVERSAS..., 1889, p. 3)

Alguns dias depois, o *Jornal do Recife*, na seção “Bibliographia”, anunciava o recebimento do “Manual do Architecto Brasileiro, organizado pelo Sr. Vicente Gomes Jardim a quem devemos a fineza de um exemplar, que recebemos. Destina-se o seu trabalho a servir de guia a todos que professam as artes de construcção” (BIBLIOGRAPHIA..., 1889, p. 2).

Publicado em 1888, o compêndio de 64 páginas é assinado da seguinte maneira: “compilado e coordenado por Vicente Gomes Jardim – Mestre Pedreiro, natural da Cidade da Parahyba do Norte e Agrimensor Interino dos terrenos de Marinha, pela Thesouraria de Fazenda da mesma Provincia” (JARDIM, 1888). No prólogo, o autor adverte que seu objetivo seria: “auxiliar ás pessoas que se dedicam á arte de construir, visto que quasi todos que se inclinam á ella são pertencentes á classe pobre, que á falta de numerario deixam de cursar as aulas, onde podiam adquirir os conhecimentos necessarios”. Ele expõe a obra, organizada em três partes: uma sobre geometria, a segunda sobre conhecimentos de arquitetura e a última sobre aritmética e sistema métrico decimal. Os teóricos seguidos seriam Giácomo Vignola, Andrea Palladio e Vincenzo Scamozio, artistas e arquitetos italianos do período renascentista que influenciaram o desenvolvimento da arquitetura moderna (BRAZ, 2015). Onde e como Jardim teria acessado tais conhecimentos permanece desconhecido. Talvez na Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais de Pernambuco, na qual, desde a década de 1850, entre os assuntos estudados, estavam “arquitetura e geometria” (MAC CORD, 2012), porém não encontramos fontes que confirmem essa suspeita.

Dois anos depois, o mesmo jornal divulgava o livro e destacava a presença do autor em Pernambuco, recomendando a leitura “de grande utilidade aos que se dedicam á arte de pedreiro, ás construcções, etc., e por isto a estes recommendamos o *Manual do Architecto Brasileiro*”. Além disso, anunciava que o autor “deixou tambem em nosso poder quatro exemplares de seu trabalho para vendermos e applicarmos o resultado obtido em favor de duas viúvas de artistas” (GAZETILHA..., 1891, p. 3). Vale observar essa oferta em favor das viúvas. A ajuda mútua entre trabalhadores, bem como os cuidados com filhos e esposas de sócios falecidos eram características de associações como a Sociedade das Artes Mecânicas de Recife e a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais da Parahyba do Norte, da qual Vicente Gomes Jardim era um dos fundadores. A preocupação em oferecer exemplares em prol das viúvas indica laços de solidariedade advindos da origem do autor.

O livro foi divulgado, também, no Ceará. O jornal *Pedro II - Órgão conservador* registrava seu recebimento:

- *Manual do Architecto Brasileiro*. é um livro bastante pratico e muito aproveitavel aos constructores. O autor, o Sr. Vicente Gomes Jardim, teve em vista no seu *Manual* prestar um serviço ás pessôas que se dedicam a arte de construir, que, por serem pobres em sua maioria, deixam, a falta de recursos, de cursar as aulas, onde podiam adquirir os conhecimentos necessarios.

Os interessados que procurem lêr o *Manual* em questão.  
(FACTOS DIVERSOS, 1889, p. 2, grifos no original)

Que redes levaram a obra do paraibano até o Ceará? Ele teria enviado exemplares para a imprensa de diferentes estados brasileiros, mas sobreviveram apenas os registros dali e de Pernambuco? Alguma rede de trabalhadores que circulavam entre os dois estados? De qualquer sorte, o jornal conservador explicitava um elemento importante do objetivo do autor: atingir aqueles que, “por serem pobres em sua maioria, deixam, a falta de recursos, de cursar as aulas, onde podiam adquirir os conhecimentos necessarios”. A produção seria parte da solidariedade em relação à classe trabalhadora, com a qual Jardim se identificaria.

Menos de um ano depois dessa primeira publicação, o nome do autor aparecia associado a outra obra, a *Monographia da Cidade da Parahyba*, publicada em formato de textos diários num órgão paraibano. O jornal justificou ser um “curioso e interessante estudo feito especialmente para a Gazeta”. E advertia que:

O trabalho não é perfeito, como vimos da leitura que delle fizemos, ficando alguns capitulos, como exemplo o que trata das fontes, muito incompleto; são defeitos estes, entretanto, que o seu author poderá corrigir em uma outra edição de sua obra, que em geral agradeu-nos,

como estamos certos agradará aos nossos leitores. (GA-  
ZETA DA PARAHYBA, 1889, p. 1)

Ainda não encontramos registros sobre a origem do trabalho. Não sabemos se o arquiteto, “um dos nossos mais inteligentes e trabalhadores artistas”, segundo o texto de apresentação, teria percebido a importância de um estudo sobre a Capital do estado e apresentou a proposta ao órgão ou se teria sido uma encomenda do editor, respondendo a um possível interesse do público leitor, diante da efervescência vivida pela sociedade paraibana. Fosse uma dessas hipóteses ou outra possibilidade não aventada, o fato é que a publicação reforça a circulação do autor em “lugares de sociabilidade” como os jornais, ambientes que podiam servir para “fermentação e circulação de ideias” (GOMES, 1993, p. 65). A produção demonstra, ainda, o domínio da escrita e de saberes especializados de seu criador.

A *Monographia* foi publicada novamente, alguns anos depois da morte do autor, na Revista do IHGPB, em 1910 e 1911. Nessas edições, ele não foi nomeado “trabalhador artista”, como na ocasião da primeira publicação, mas “agrimensor dos terrenos de marinha da mesma Província” (JARDIM, 1910, p. 85). Provavelmente em função do tema com interesse específico, a recepção foi diferente da obtida pela obra anterior, ficando circunscrita à região. No entanto, a reedição do texto pela Revista do IHGPB, mais de uma década depois, sugere a repercussão e a dimensão da obra.

Além disso, a importância do estudo sobre a Capital paraibana não ficou restrita ao início do século XX. Muito pelo contrário, o livro vem se constituindo como fonte para diferentes pesquisas até os dias atuais. Historiadores, engenheiros, geógrafos, cronistas, arquitetos e urbanistas<sup>5</sup> referenciam a *Monographia* em suas pesquisas. Embora muito citado, Vicente Gomes Jardim passa despercebido nesses trabalhos, assim como sua cor. O apagamento da origem do realizador do estudo é uma face do epistemicídio negro no Brasil.

5 Ver: Almeida, 2006; Honor, 2006; Meneses, 2014; Nogueira, 2005; Silva, 2008; Silva, 2015; Sousa; Nogueira, 2008.

Do texto na imprensa em louvor à Proclamação da República aos trabalhos técnicos que o celebrizaram, Vicente Gomes Jardim, um “artista” e “homem de cor”, deixou uma importante produção escrita, que permite que o referenciemos como um intelectual de sua época. Como outros sujeitos negros, ele se destacou, deixando sua contribuição para a sociedade paraibana. A ordem vigente – escravista e racializada – definia limites, mas não determinava inteiramente as ações desses sujeitos que eram “seres sociais”, que reagiam e tinham capacidade de reflexão, que eram capazes de reagir a “acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15).

### Conclusões

A despeito do destaque alcançado entre 1870 e 1890, faltam referências sobre Vicente Gomes Jardim nos últimos anos de sua vida. Ele voltaria à cena apenas em 1905, por ocasião da morte, e na ocasião da publicação da *Monographia* pelo IHGPB (1910/1911). Eventualmente, foi citado como homem ilustre, como no livro de Bittencourt (1914) ou em peças sobre a história da região, ao exemplo do *Schema Historico da Parahyba*, em que Coriolano Medeiros, historiador “oficial” da região o colocou entre uma série de “illustres parahybanos” que nasceram no século XIX: “[...] Vicente Gomes Jardim [...] e muitos outros, todos falecidos, os quaes se salientaram nas letras, nas sciencias, nas artes ou nas armas” (MEDEIROS, 1935, p. 10).

Atualmente, ele nomeia uma rua na capital paraibana e sua *Monographia* é referência para trabalhos diversos. Porém, ainda é desconhecido pela historiografia e pelos paraibanos. Transeuntes não sabem que ele era um homem “de cor”, pesquisadores que o utilizam como referência bibliográfica provavelmente não imaginam que o autor tão citado foi um homem negro. Embora tenha sido um dos afro-brasileiros que defendeu publicamente a República (DOMINGUES, 2014, p. 122), o regime teria feito com ele o mesmo que com

outros homens negros, apagados no desencontro de projetos para a nação? Hebe Mattos (2009, p. 30) defende que “as trajetórias melancólicas de José do Patrocínio e André Rebouças na primeira década republicana são paradigmáticas das frustrações produzidas por esse desencontro”. Vicente Gomes Jardim e outros homens negros paraibanos passaram por processos semelhantes, o que reforça a importância de nos debruçarmos sobre suas trajetórias.

Muitas questões permanecem em aberto, merecendo aprofundamento: as origens de Jardim, onde estudou, como se profissionalizou, a designação de “capitão” (como aparece no necrológio), a circulação entre Paraíba, Pernambuco, Ceará e talvez outras províncias, entre outras perguntas que não puderam ser respondidas.

No momento histórico em que nos encontramos, início da segunda década do século XXI, em que a reafirmação das preocupações com a construção da igualdade racial no Brasil é uma das tônicas do debate público, em que a manutenção de direitos duramente conquistados pela população negra vem sendo ameaçada por projetos racistas, é fundamental destacar a existência de um homem negro da camada média da população entre os intelectuais paraibanos. Nem parte da “camada desvalida” nem membro da elite intelectual ou econômica, Vicente Gomes Jardim exemplifica uma das diversas possibilidades de “ser negro” no período. O artista se impôs na sociedade paraibana, disputando respeito e reconhecimento.

### Referências

ACTOS DO GOVERNO. *Gazeta da Parahyba – Folha Diária*, Parahyba do Norte, p. 1, 9 fev. 1890a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=808865&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=1631>. Acesso em: 4 jun. 2019.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.



ALBUQUERQUE, Wlamyra. Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 69, p. 83-99, jun. 2015.

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro, 1901-1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pasta=ano%20190&pagfis=20730>. Acesso em: 3 jul. 2019.

ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes de. *Espaços públicos em João Pessoa (1889-1940): formas, usos e nomes*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. *Irmãos de cor e de fé: Irmandades negras na Parahyba do século XIX*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

APEDIDO. *Diário da Parahyba: Órgão de todas as classes*, Parahyba do Norte, 3 jul. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809144&pasta=ano%20188&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=113>. Acesso em: 4 out. 2019.

APEDIDOS. *Gazeta da Parahyba – Folha Diária*, Parahyba do Norte, p. 3, 26 nov. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=808865&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=1418>. Acesso em: 4 jun. 2019.

ARTISTA CONSTRUCTOR. *Gazeta da Parahyba*, Cidade da Parahyba, p. 4, 13 dez. 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=808865&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=704>. Acesso em: 4 jul. 2019.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha*. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Graciliano Fontino Lordão: um professor ‘de côr’ na Parahyba do Norte. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 18, p. e033, 2 out. 2018.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Universo letrado, educação e população negra na Parayba do Norte (século XIX)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BIBLIOGRAPHIA. *Jornal do Recife*, Recife, p. 2, 26 fev. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pasta=ano%20188&pagfis=26766>. Acesso em: 4 out. 2019.

BITTENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil*. Em todos os ramos da atividade e do saber, de 1500 aos nossos dias. Volume II. Parahyba (Parahybanos Illustres). Rio de Janeiro: Livraria e Papelaria Gomes Pereira Editor, 1914.

BRAZ, Hyago Barbosa. *Tratados arquitetônicos*: Andrea Palladio, Giacom Vignola, Vincenzo Scamozzi. 2015. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015.

CATACUMBAS. *O Publicador*, Cidade da Parahyba, p. 4, 22 jun. 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215481&pasta=ano%20186&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=5409>. Acesso em: 10 out. 2019.

COLUMNNA LIVRE. *Diario da Parahyba: Orgão de todas as classes*, Parahyba do Norte, p. 2, 6 nov. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809144&pasta=ano%20188&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=444>. Acesso em: 4 out. 2019.

COMPANHIA FERRO carril da Parahyba. *A União – Orgam do Partido Republicano do Estado da Parahyba*, Parahyba, p. 3, 1º jun. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171239&Pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=2827>. Acesso em: 4 out. 2019.

CONTRACTANTE DE OBRAS. *Almanak do Estado da Parahyba*, Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocRe>

ader/DocReader.aspx?bib=820261&Pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=214. Acesso em: 20 maio 2019.

CRUZ, Marileia dos Santos. A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 209-230, out. 2016.

DEMISSÕES. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1889. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_07&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pasta=ano%201888&pagfis=23299](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pasta=ano%201888&pagfis=23299). Acesso em: 10 jun. 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. p. 121-154.

EDITAES. *A União – Orgam do Partido Republicano do Estado da Parahyba*, Parahyba, p. 3, 15 ago. 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171239&Pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=1303>. Acesso em: 4 out. 2019.

EXERCICIO DE 1899. *A União – Orgam do Partido Republicano do Estado da Parahyba*, Parahyba, p. 3, 23 maio 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171239&Pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=3527>. Acesso em: 4 out. 2019.

EXTRACTO DO EXPEDIENTE. *Gazeta da Parahyba – Folha Diária*, Parahyba do Norte, p. 1, 7 fev. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=808865&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=1623>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FACTOS DIVERSOS. *Pedro II – Orgão Conservador*, Fortaleza, p. 2, 8 fev. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pasta=ano%201888&pagfis=12231>. Acesso em: 10 out. 2019.

FIGUEIRÊDO, Márcio Tiago Aprígio de. “Solidários nos demos as mãos”: as associações mutualistas de trabalhadores na Parahyba do Norte (1881-1910). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GAZETA DA PARAHYBA – Folha Diaria. Parahyba do Norte, p. 1, 15 jun. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=808865&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=892>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GAZETILHA. *Jornal do Recife*, Recife, p. 3, 12 nov. 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pasta=ano%20188&pagfis=30231>. Acesso em: 4 out. 2019.

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio... intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, jan. 1993.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GRINBERG, Keila. As desventuras de Rufina: escravidão, liberdade e tráfico de seres humanos na fronteira sul do Brasil no século XIX. In: COTTIAS, Myriam; MATTOS, Hebe (Orgs.). *Escravidão e subjetividades no Atlântico luso-brasileiro e francês* (séculos XVII-XIX). Marseille: Open Edition Press, 2016. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/790>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GRINBERG, Keila. Em defesa da propriedade: Antonio Pereira Rebouças e a escravidão. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 1, n. 21-22, p. 111-146, fev. 1998.

HONOR, André Cabral. *Sociedade e cotidiano: as fontes d’água na formação da cidade de João Pessoa no período colonial*. 2006. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

IRMANDADE DE N. S. DAS MERCÊS. *Almanak do Estado da Parahyba*, Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=820261&pasta=ano%20189&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=188>. Acesso em: 20 maio 2019.

JARDIM, Vicente Gomes. Ao 15 de Novembro. *Estado da Parahyba – Órgão Republicano*, Parahyba do Norte, p. 3, 29 nov. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809160&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pasta=ano%20189&pagfis=279>. Acesso em: 4 jun. 2019.

JARDIM, Vicente Gomes. *Manual do architecto brasileiro*. Parahyba do Norte: Typ. d'O de Jayme Seixas & Co., 1888.

JARDIM, Vicente Gomes. Monographia da cidade da Parahyba do Norte. *Gazeta da Parahyba*, 1889. Parahyba do Norte, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=808865&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=893>. Acesso em: 10 out. 2019.

JARDIM, Vicente Gomes. Monographia da cidade da Parahyba do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Paraibano*, Cidade da Parahyba, v. 2, p. 85-111, 1910-1911. Disponível em: <http://www.ihgp.net/revistas.htm>. Acesso em: 4 set. 2018.

JUIZO MUNICIPAL. *A União – Orgam do Partido Republicano do Estado da Parahyba*, Parahyba, p. 3, 18 fev. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171239&Pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=1851>. Acesso em: 4 out. 2019.

JUIZO MUNICIPAL. *Jornal da Parahyba – Órgão do Partido Conservador*, Parahyba, p. 4, 3 nov. 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228397&Pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=176>. Acesso em: 4 out. 2019.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O collegio de educandos artifices - 1865-1874: a infância desvalida da Parahyba do Norte*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. de (Orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 91-108, ago. 2019.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio – os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*, volume 3: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MEDEIROS, Coriolano. Schema historico da Parahyba. *Diario de Pernambuco*, Recife, p. 10, 2 maio 1935. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pasta=ano%20193&pagfis=14901](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pasta=ano%20193&pagfis=14901). Acesso em: 4 out. 2019.

MENESES, Marcondes Silva. *O processo de demolição e desmonte das irmandades religiosas na cidade da Parahyba (1923-1935): “o caso das Mercês”*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

NASCIMENTO, Álvaro. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NECROLOGIA. *A Provincia*, Recife, p. 7, 10 dez. 1905. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066\\_01&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=17369](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=17369). Acesso em: 10 out. 2019.

NECROLOGIA, *Jornal do Recife*, Recife, p. 2, 20 maio 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pasta=ano%20190&pagfis=49306>. Acesso em: 4 out. 2019.

NOGUEIRA, Helena de Cássia. *As primeiras décadas da eletricidade e do saneamento básico na capital paraibana (1900-1940)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

NOTICIÁRIO. *Diário da Parahyba: Orgão de todas as classes*, Parahyba do Norte, p. 1, 8 jun. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809144&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=38>. Acesso em: 4 jun. 2019.

NOTÍCIAS DIVERSAS. *Jornal da Parahyba – Orgão do Partido Conservador*, Parahyba, p. 3, 19 jan. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228397&Pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=215>. Acesso em: 7 jun. 2019.

O FUTURO CONGRESSO. *O Parahybano – Orgão do Povo, Diário Político, Literário e Noticioso*, Parahyba do Norte, p. 2, 6 abr. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=758612&pasta=ano%20189&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=186>. Acesso em: 21 jun. 2019.

OBITUÁRIO. *O Publicador*, Cidade da Parahyba p. 2, 4 maio 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215481&pasta=ano%20186&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=222>. Acesso em: 15 set. 2019.

PARAHYBA. *Almanak do Estado da Parahyba*, Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=820261&Pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=109>. Acesso em: 20 maio 2019.

PARTE OFICIAL. *O Liberal Parahybano*, Cidade da Parahyba, 2 ago. 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704989&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=51>. Acesso em: 21 jun. 2019.

PINTO, Ana Flávia M. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PINTO, Ana Flávia M. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 267-286, jan./abr. 2019.

PINTO, Rebeca Natacha O. *De Chocolate: identidade negra, teatro e educação no Rio de Janeiro da Primeira República*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PINTO, Rebeca Natacha; SCHUELER, Alessandra Martinez F. de. Intelectuais negros e reformas sociais: pensamentos e projetos educacionais do Professor André Pinto Rebouças. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa, PB. *Anais [...]* João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. p. 123-135.

PRESIDENCIA DA PROVINCIA. *Jornal da Parahyba: Órgão do Partido Conservador*, Cidade da Parahyba, p. 3, 4 maio 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=228397&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pagfis=293>. Acesso em: 10 ago. 2019.

REGISTROS DE ÓBITOS, 1979-2007. FAMILY SEARCH. 1 sítio eletrônico. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/collection/2177286>. Acesso em: 1 jun. 2018.

ROCHA, Solange Pereira da. Cardoso Vieira, um homem negro na composição das elites da Paraíba oitocentista: biografia, memória e história. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 6, p. 1-18, dez. 2012.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ROCHA, Solange Pereira da; FLORES, Elio Chaves. Trajetórias comparadas de homens negros de letras no Brasil: ensino de história, biografias, sociabilidades. In: OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza; SILVA, Moisés Alves da; AIRES, José Luciano de Queiroz (Orgs.). *Nas confluências do Axé: refletindo os desafios e possibilidades de uma educação para as relações étnico-raciais*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2015. p. 143-182.

SECÇÃO LIVRE. *A União – Órgão do Partido Republicano do Estado da Parahyba*, Parahyba, p. 2, 13 fev. 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>



DocReader/docreader.aspx?bib=171239&pasta=ano%20189&pesq=%22viente%20gomes%20jardim%22&pagfis=998. Acesso em: 4 out. 2019.

SCHUELER, Alessandra Martinez F. de. “Fazer artes e viver de ofícios”: trabalho, liberdade e educação no pensamento de Manuel Raymundo Querino (1851-1923). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 27., 2013, Natal, RN. *Anais* [...] Natal: ANPUH, 2013.

SCHUELER, Alessandra Martinez F. de. Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). *A História da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2016. p. 191-216.

SILVA, Alexandra Lima da. Pela liberdade e contra o preconceito de cor: a trajetória de Israel Soares. *Revista Eletrônica Documento Monumento*, Cuiabá, v. 21, n. 1, p. 1-17, jul. 2017.

SILVA, Aline Figueiroa da. O léxico na história do paisagismo no Nordeste do Brasil (XIX-XX). *Historia Critica*, Bogotá, n. 56, p. 85-111, abr. 2015.

SILVA, Ligia Maria Tavares. Características da urbanização na Paraíba. *Revista Cadernos do Logepa – Série Texto Didático*, João Pessoa, ano 3, n. 5, p. 34-40, jul./dez. 2004.

SILVA, Ligia Maria Tavares. Esquecimento e urbanização na Parahiba (1822-1860). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 10., Recife, *Anais* [...] São Paulo: Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada, 2008. p. 1-11.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOUSA, Alberto; NOGUEIRA, Helena de Cássia. O plano de implantação da cidade da Parahyba (1585) – Parte II. *Arquitextos*, São Paulo, ano 8, n. 95, p. 1-10, abr. 2008.

SOUSA JR., Jose Pereira de. Irmandades religiosas: espaços de devoção e disputas políticas na Paraíba oitocentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais* [...] Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-11.

SOUZA, Marcos Teixeira de. José do Patrocínio: uma trajetória em meio a memórias. *Grau Zero – Revista de Crítica Cultural*, Palhoça, v. 3, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2015.

THESOURARIA DE FAZENDA. *Estado da Parahyba – Órgão Republicano*, Parahyba do Norte, p. 1, 17 ago. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809160&pesq=%22vicente%20gomes%20jardim%22&pasta=ano%20189&pagfis=85>. Acesso em: 4 jun. 2019.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VILLELA, Heloísa O. S. A trajetória de um professor negro no Brasil escravocrata. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). *Relações raciais no contexto social, na educação e na saúde*. Brasil, Cuba, Colômbia e África do Sul. Rio de Janeiro: Quartet, 2012. p. 162-183.

Recebido em: 05 de março de 2020

Aprovado em: 13 de julho de 2020